

RENOVA ENERGIA S.A.
Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 08.534.605/0001-74
NIRE 35.300.358.295

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA 03 EM DE MARÇO DE 2011

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 03 dias do mês de março, às 10:00 horas, na sede social da Renova Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1511, 6º andar, Edifício Berrini, CEP 04571-011.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada a convocação, conforme disposto no Parágrafo 2º, do Artigo 23, do Estatuto Social da Companhia, em decorrência da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Ricardo Lopes Delneri, que convidou o Sr. Luiz Eduardo Bittencourt Freitas para secretariá-lo.
4. **ORDEM DO DIA:** Conforme artigo 25, inciso XXVIII do Estatuto Social da Companhia deliberar sobre: (i) emissão, pela Companhia, para distribuição pública com esforços restritos colocação, de 15 (quinze) notas promissórias comerciais, no valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), perfazendo o montante total de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) ("Notas Comerciais"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada ("Instrução CVM 134"), da Instrução CVM n.º 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alterada, e segundo os procedimentos previstos na Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") ("Oferta"); (ii) autorização para a prestação, pela Companhia, de garantias de qualquer natureza no âmbito da Oferta; (iii) autorização para que os diretores e/ou representantes da Companhia firmem todos os documentos e instrumentos contratuais relacionados com a Oferta e com as Notas Comerciais; e (iv) autorização para que os diretores ou representantes da Companhia efetuem os registros nos livros sociais próprios e publiquem a presente ata.
5. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos:

(i) autorizar a Companhia a realizar a Oferta com as características descritas a seguir:

I. **Número da Emissão.** As Notas Comerciais representam a primeira emissão de notas promissórias comerciais da Companhia para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

- II. **Valor Total da Oferta.** O valor total da Oferta é de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- III. **Séries.** As Notas Comerciais serão emitidas em série única.
- IV. **Quantidade.** Serão emitidas 15 (quinze) Notas Comerciais.
- V. **Valor Nominal Unitário.** Cada Nota Comercial terá o valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), na respectiva Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- VI. **Forma.** Nominativas. As Notas Comerciais serão emitidas fisicamente, em forma cartular, e ficarão depositadas perante instituição habilitada à prestação de serviços de custódia ("Banco Mandatário"), a ser contratado pela Companhia para este fim, conforme definido no Manual de Normas Nota Comercial da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP").
- VII. **Comprovação de titularidade das Notas Comerciais.** Para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelas cédulas emitidas fisicamente. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade, caso as Notas Comerciais estejam custodiadas eletronicamente no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários da CETIP, extrato emitido pela CETIP em nome do respectivo titular.
- VIII. **Data de Emissão.** A data de emissão de cada uma das Notas Comerciais corresponderá à data de sua efetiva subscrição e integralização ("Data de Emissão").
- IX. **Prazo e Data de Vencimento.** Cada uma das Notas Comerciais terá prazo de vencimento de até 360 (trezentos e sessenta) dias contados da respectiva Data de Emissão ("Data de Vencimento").
- X. **Colocação.** As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, destinada a investidores qualificados, conforme definido no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais.
- XI. **Forma de Subscrição.** As Notas Comerciais serão subscritas, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com os procedimentos do NOTA – Módulo de Notas Comerciais, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP.
- XII. **Preço de Integralização.** Cada uma das Notas Comerciais será integralizada à vista, na respectiva Data de Emissão, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário.
- XIII. **Negociação.** As Notas Comerciais serão registradas para a negociação perante o Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários da CETIP sendo as negociações

liquidadas por meio da CETIP e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na CETIP. Para negociações secundárias em mercado de balcão organizado, as Notas Comerciais somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da respectiva data de subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476.

- XIV. **Pagamento do Valor Nominal Unitário.** O Valor Nominal Unitário de cada uma das Notas Comerciais será integralmente pago na respectiva Data de Vencimento ou, conforme o caso, na data do eventual respectivo Resgate Antecipado Obrigatório ou do Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais (conforme abaixo definidos) ou na data de eventual vencimento antecipado, nos termos e condições previstos nas cédulas das Notas Comerciais.
- XV. **Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes as Notas Comerciais serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, caso as Notas Comerciais estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.
- XVI. **Remuneração.** O Valor Nominal das Notas Comerciais não será atualizado. Sobre o Valor Nominal das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de *spread* de 3,00% (três por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do período de capitalização imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso até a data do efetivo pagamento (exclusive) ou, se for o caso, do Resgate Antecipado Obrigatório ou do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definidos), de acordo com os critérios definidos no caderno de fórmulas do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários da CETIP, disponível para consulta na página da CETIP na Internet (<http://www.cetip.com.br>).
- XVII. **Pagamento da Remuneração.** A Remuneração será paga a cada 90 (noventa) dias, vencendo-se o primeiro período em 90 dias após a Data de Emissão e os demais períodos sucessivamente até a Data de Vencimento das Notas Comerciais, quando será efetuado o pagamento do quarto e último período da Remuneração.
- XVIII. **Resgate Antecipado Facultativo.** A Companhia poderá, havendo anuência expressa do titular da Nota Comercial, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 134 resgatar antecipadamente as Notas Comerciais (“Resgate Antecipado Facultativo”), em sua totalidade, a qualquer tempo após a Data de Emissão, mediante o pagamento da somatória entre: (i) o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) o valor equivalente da Remuneração que seria devida pela Companhia entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de

Vencimento, caso o Resgate Antecipado Facultativo não ocorresse, trazido a valor presente tendo por base a taxa de juros de mercado vigente no momento do Resgate Antecipado Facultativo. O Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais implicará a sua extinção, sendo vedada sua manutenção em tesouraria, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 7º da Instrução CVM 134.

- XIX. Resgate Antecipado Obrigatório.** A Companhia deverá, havendo anuência expressa do titular da Nota Comercial, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 134, resgatar antecipadamente a totalidade das Notas Comerciais (“Resgate Antecipado Obrigatório”), caso ocorra, durante o prazo de vigência das Notas Comerciais, a alienação da totalidade das seguintes Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) detidas indiretamente pela controlada da Companhia Enerbrás Centrais Elétricas S.A. (“Enerbrás”): Colino I, Colino II e/ou Cachoeira da Lixa, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório. O Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais implicará a sua extinção, sendo vedada sua manutenção em tesouraria, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 7º da Instrução CVM 134.
- XX. Garantias.** As obrigações assumidas pela Companhia por meio das Notas Comerciais contarão com a garantia de alienação fiduciária sobre as ações de emissão da Enerbrás de titularidade da Companhia, a ser formalizada em instrumento próprio (“Contrato de Garantia”).
- XXI. Destinação dos Recursos.** Os recursos serão destinados para a construção e implementação dos parques eólicos vencedores dos Leilões de Energia de Reserva de 2009 e 2010.
- XXII. Vencimento Antecipado.** As Notas Comerciais terão o seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses previstas nas cédulas das Notas Comerciais.
- XXIII. Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes às Notas Comerciais serão realizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e em conformidade com os procedimentos da CETIP.
- XXIV. Repactuação.** Não haverá repactuação das Notas Comerciais.
- XXV. Prorrogação de Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nas Notas Comerciais até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.

(ii) autorizar a Companhia a prestar todas e quaisquer garantias, sejam reais, fiduciárias ou fidejussórias, para garantir as suas obrigações no âmbito da Oferta e das Notas Comerciais, inclusive, mas não se limitando, à alienação fiduciária das ações de emissão da Enerbrás de que a Companhia é titular, a ser formalizado por meio do Contrato de Garantia;

(iii) autorizar a Companhia a celebrar, por meio de seus diretores e/ou representantes, todos os documentos e instrumentos contratuais relativos à Oferta e às Notas Comerciais, incluindo as próprias Notas Comerciais, os instrumentos a serem firmados com os prestadores de serviço da Oferta, o Contrato de Garantia e o contrato a ser firmado com a instituição financeira intermediária da Oferta para sua coordenação e para a distribuição e colocação das Notas Comerciais (“Contrato de Distribuição”), bem como todo e qualquer documento ou instrumento deles decorrentes, tais como aditamentos, procurações, notificações e outros documentos;

(iv) por fim, autorizar a prática pela Companhia, seus diretores e representantes dos atos necessários ao registro e à publicação da presente ata, a anotação nos respectivos livros sociais, bem como a assinatura de todos e quaisquer documentos necessários para dar cumprimento às deliberações ora tomadas.

6. ESCLARECIMENTOS: Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Ricardo Lopes Delneri – Presidente; Luiz Eduardo Bittencourt Freitas – Secretário. Conselheiros: (i) Ricardo Lopes Delneri, (ii) Geoffrey David Cleaver (iii) Renato do Amaral Figueiredo; (iv) Carlos José Teixeira Correa; (v) Marcelo Faria Parodi; (vi) Mailson Ferreira da Nóbrega; (vii) Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior; (viii) Luis Carlos da Silva Cantidio Junior; (ix) Ney Maron de Freitas; (x) Eduardo Munemori; e (xi) Rubens Brandt.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 03 de março de 2011.

Luiz Eduardo Bittencourt Freitas
Secretário

JUCESP nº 97.351/11-8, em sessão de 11.03.2011. Kátia Regina Bueno de Godoy –
Secretária Geral.